

## A “REDESCOBERTA” DO MAIOR MERCADO DE ESCRAVOS DO BRASIL: MODOS DE USAR

Rogério Pacheco Jordão<sup>1</sup>

### Resumo:

Em janeiro de 2011, em um expressivo achado arqueológico na zona portuária da cidade do Rio de Janeiro, foram encontradas as pedras do cais por onde desembarcaram centenas de milhares de escravos africanos a serem vendidos no antigo mercado do Valongo, tido como o maior do gênero no Brasil nos séculos XVIII e XIX. Soterrado e “esquecido” no tecido urbano carioca por quase dois séculos, o Valongo se transforma, em 2012 (agora como monumento), em ponto de um Circuito Histórico e Arqueológico da Celebração da Herança Africana, no contexto de uma ampla reforma urbanística da área portuária, o Projeto Porto Maravilha. Este ensaio é um convite à reflexão sobre a restauração (o velho transformado em novo) de um espaço urbano associado ao passado escravista brasileiro. Questiona a respeito de como e por quem a história do país foi e é configurada -- seus modos de usar.

**Palavras-Chave:** Memória. Memória social. Escravismo. Representações. Rio de Janeiro.

Quem perdeu huma negrinha de nação Angola, vestida com um vestido de duquesa, riscado de azul e encarnado (...) huns xinellos nos pés, e hum lenço com hum vestido sujo. A quem esta pertencer, annuncie por este Diário ou dirija-se a rua do Valongo no armazem de escravos novos (*Jornal do Commercio*, 4/1/1831, p.3).

cais da imperatriz e do Valongo.aqui chegavam os escravos.história q vamos preservar (SIC) (Microblog no *Twitter* do prefeito carioca Eduardo Paes, fevereiro de 2011).

## 1 INTRODUÇÃO

Em janeiro de 2011 escavações arqueológicas na zona portuária do Rio de Janeiro encontraram as pedras do cais por onde desembarcaram centenas de milhares de escravos africanos a serem vendidos no antigo mercado do Valongo, tido como o maior do gênero no Brasil nos séculos XVIII e XIX. A descoberta aconteceu durante obras de drenagem na Avenida Barão de Tefé, no bairro da Saúde, na fase inicial do Projeto Porto Maravilha, um investimento público e privado que pretende dar cara nova à zona portuária da cidade do Rio de Janeiro. Com

---

<sup>1</sup> Doutor em Letras, Literatura, Cultura e Contemporaneidade pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. E-mail: [rogeriojordao@uol.com.br](mailto:rogeriojordao@uol.com.br)

investimentos iniciais públicos de R\$ 3,5 bilhões (O Globo, 14/6/2011, p.12), o Projeto, quando lançado, visava transformar a zona portuária carioca tendo em vista eventos como a Copa do Mundo (2014) e as Olimpíadas (2016). Entre outras ações, estavam previstas obras viárias e de infra-estrutura. Trata-se de transformar os cinco milhões de metros quadrados da região do porto de “área degradada”, em um “novo e surpreendente pólo de turismo, negócios, moradia e lazer” (texto publicitário do Porto Maravilha, O Globo, 19/10/2012). No pólo turístico, além do Valongo (agora integrado a um Circuito Histórico e Arqueológico da Celebração da Herança Africana, um roteiro criado pelo decreto municipal 34.803) a área terá dois novos museus: o Museu do Amanhã e o Museu de Arte do Rio de Janeiro (MAR).

Anunciada pelo prefeito da cidade no seu *twitter* em um sábado (texto na epígrafe), quatro dias depois a descoberta seria tema de reportagens nos jornais “O Estado de São Paulo” e “O Globo”:

Das escavações do Projeto Porto Maravilha na Avenida Barão de Tefé, na Região Portuária, surgiu um tesouro arqueológico. Trata-se do Cais da Imperatriz e do Cais do Valongo, ambos do século XIX. A descoberta empolgou o prefeito Eduardo Paes, que, no último sábado, foi acompanhar as obras de drenagem e se deparou com a novidade.

-- Fui lá no sábado vistoriar as obras, e, quando vi aquilo, fiquei absolutamente chocado. Vou fazer uma praça como em Roma. Ali estão as nossas ruínas romanas (O Globo, 2/3/2011).

Embora relatada pela imprensa, naquele momento, como um achado acidental, e apesar das declarações de surpresa do prefeito, o local a ser escavado foi escolhido com antecedência. Por ser uma região de alto potencial de descobertas arqueológicas, as empreiteiras responsáveis pelas obras iniciais do projeto Porto Maravilha contrataram, por força de lei, a pesquisa no subsolo, afinal realizada por uma equipe do Museu Nacional/UFRJ. Quando as escavadeiras atingiram o ponto onde estava soterrado o cais, os arqueólogos já conheciam a sua provável localização. Havia, até, uma antiga placa de ferro afixada em um monumento comemorativo – uma coluna de pedra de cinco metros de altura (o resto de um chafariz do século XIX) – que, no local onde a terra se abriria para o trabalho dos arqueólogos, na praça Jornal do Comércio, anunciava: “Neste local existiu o Cais da Imperatriz. Em 1843 o antigo cais do Valongo foi alargado e embelezado, para receber a futura imperatriz Teresa Cristina”.

Redigido pela Prefeitura nos arredores dos anos 1990, o enunciado contido na plaqueta era, até a redescoberta das pedras do cais em 2011, a única referência textual (escrita) à memória instituída naquele local. A plaqueta não trazia, como se viu, nenhuma referência à escravidão, ao tráfico ou ao maior mercado de escravos do Brasil que funcionara a poucos metros dali. Antes das escavações arqueológicas de 2011, o observador que lesse as duas frases que compõe o texto da placa, depreenderia que naquele local desembarcara a futura imperatriz do Brasil (no caso, Teresa Cristina, que se casou com Dom Pedro II), e o que existia antes disso era um cais, chamado do Valongo, possivelmente estreito e feio, pois “alargado” e “embelezado”. Duas décadas depois da colocação dessa placa, os arqueólogos encontrariam os vestígios físicos de ambos os cais: sob um conjunto de pedras de granito “lavradas” (as da Imperatriz), havia outro conjunto de pedras irregulares, também conhecidas como “pés-de-moleque”, as do Valongo (JORDÃO, 2011, p.36-39). Ambos desembarcadouros desapareceriam da superfície urbana na primeira década do século do século XX quando a área foi aterrada para a construção do atual porto, no esteio das chamadas “reformas modernizantes” patrocinadas pelo prefeito Pereira Passos (1902-1906).

A (até então recente) omissão à escravidão em um enunciado no lugar onde funcionou o maior mercado de escravos do País pode ser lido como o indício de um esquecimento. Ao refletir sobre a “memória manipulada”, Paul Ricoeur pensa o esquecimento, no caso histórico, como parte de uma estratégia associada à configuração de uma narrativa. O esquecimento, nesses termos, é uma escolha:

De fato, antes do abuso (do esquecimento, grifo meu) há o uso, a saber, o caráter inelutavelmente seletivo da narrativa. Assim como é impossível lembrar-se de tudo, é impossível narrar tudo. A idéia de narração exaustiva é uma idéia performativamente impossível. A narrativa comporta necessariamente uma dimensão seletiva (RICOEUR, 2007, p.455).

Um livro sobre a história da cidade que marca, de forma eloquente, a exclusão do mercado de escravos na sua narrativa é o *Morro da Conceição, da memória o futuro*, editado em 2000 pela Prefeitura do Rio de Janeiro. Com muitas ilustrações, mapas e fotografias, o livro foi produzido como subsídio para a ação do Programa de Recuperação Orientada (proRio), criado em 1998 pelo poder municipal, para “reabilitar e valorizar o patrimônio urbanístico, paisagístico e arquitetônico” (PREFEITURA, 2000, p.13) de diferentes áreas da cidade, a começar pelo Morro da

Conceição. Na encosta desse morro funcionaram os armazéns de venda de escravos, próximos ao antigo cais.

No livro da prefeitura de 2000, porém, o mercado raramente é citado, e quando isso acontece, de forma ambígua. Assim, após recordar que, no passado colonial, os portugueses, na sua ocupação da cidade, “reproduziram as conformações físicas e afetivas de sua terra natal” (PREFEITURA, op.cit., p.10), de forma que os morros portuários nos fariam lembrar os bairros de “Alfama e da Moraria”, o fato de que houvera naquele lugar um mercado de escravos fica, em alguns trechos do livro, apenas subentendido:

Apesar da natureza da primeira ocupação do Morro ter sido consequência da instalação de instituições prestigiadas (Palácio Episcopal e Fortaleza da Conceição), ele se viu obrigado a *conviver com os equipamentos indesejados pela cidade* (grifo meu), que foram transferidos para as suas proximidades. Além de estar localizado num dos antigos limites da zona urbana, essa vizinhança configurou sua condição de periferia, marcando sua vocação popular (PREFEITURA, Op.cit., p.50).

No trecho citado, o livro publicado pela Prefeitura não informa quais seriam os “equipamentos indesejados pela cidade”, embora, ao detalhar a história do Morro da Conceição, situe o ano de 1830, quando o tráfico de escravos passa a ser feito ilegalmente e o mercado do Valongo cessa suas atividades, como um marco.

A partir de 1830, com a instalação dos armazéns de café, proliferaram trapiches e embarcadores, da Prainha à Gamboa. Foram feitos aterros para a construção de novos cais e as *antigas atividades foram expulsas* – como o mercado de escravos, estabelecido no Caminho do Valongo (atual Rua Camerino) desde 1770 (...) o fim do tráfico (...) decretou o fim do mercado. A área foi *nobilitada* com a decisão de receber ali a futura Imperatriz Teresa Cristina (...) (PREFEITURA, 2000, p.24-25).

O mercado de escravos do Valongo é inscrito na cidade como algo exterior a ela. Foi indesejado, depois expulso, e quando isso aconteceu a cidade foi “nobilitada”, que no dicionário Houaiss é sinônimo para enobrecida, engrandecida e honrada. Esse caráter seletivo da narrativa, e no que diz respeito especificamente ao Valongo, dá pistas sobre como o maior mercado de escravos do Brasil pode desaparecer no meio urbano carioca sem deixar traço por quase duzentos anos. Nesses termos, o Valongo é vestígio de um esquecimento do passado escravista na urbe – ao se narrar uma história seleciona-se elementos no lugar de outros. Uma narrativa de cidade e país embranquecida, poder-se-ia também dizer, na qual a ausência da escravidão é naturalizada. E conforme notou, ainda nos anos 1970, a

historiadora norte-americana Mary C Karash, em seu importante livro *A vida dos escravos no Rio de Janeiro*, ao comentar sobre a historiografia da cidade:

(...) a maioria das histórias urbanas do Rio cria a impressão de que se tratava de uma cidade luso-brasileira de rostos brancos e cultura européia; mas não era, como revela qualquer leitura cuidadosa dos viajantes (do período colonial e imperial, grifo meu) (KARASCH, 2000, p20-23).

## 2 O TRÁFICO DE ESCRAVOS

Conjunto de armazéns e casas comerciais que faziam o comércio dos “pretos novos” (escravos recém-desembarcados da África), o chamado mercado do Valongo funcionou no vale entre os Morros da Conceição e do Livramento, na atual Zona Portuária do Rio de Janeiro, de meados do século XVIII até, ao menos, 1831, quando o tráfico transatlântico foi declarado ilegal. Para lá afluíram parte significativa dos mais de 700 mil africanos, provenientes principalmente dos territórios conhecidos hoje como Angola, Congo e Moçambique, que desembarcaram no Rio de Janeiro nos últimos quarenta anos do comércio escravista legal (PEREIRA, 2007, p.112). Compunha também o Valongo, em suas adjacências, o Cemitério dos Pretos Novos, onde foram enterrados mais de 6 mil africanos chegados mortos à baía de Guanabara ou que morreram antes de sua venda. Do tamanho de um campo de futebol, o local, soterrado na superfície da cidade e esquecido de seus mapas, foi redescoberto em um achado arqueológico acidental no ano de 1996.

No cenário contemporâneo, e com as pedras dos antigos cais expostas ao público, após sua “desaparição” por quase dois séculos, a Prefeitura colocaria, nos ditames do Projeto Porto Maravilha, uma segunda placa informativa no local:

A Intendência Geral de Polícia da Corte da Cidade do Rio de Janeiro construiu o cais do Valongo em 1811 para atender à antiga determinação do Vice-Rei, o Marques de Lavradio, feita em 1779. Seu objetivo era retirar da Rua Direita, atual Primeiro de Março, o desembarque e comércio de africanos escravizados. O mercado de escravos se intensificou a partir da construção do Cais, porta de entrada de mais de 500 mil africanos, em sua maioria, vindos do Congo e de Angola, Centro-Oeste africano.

Ao longo dos anos, o Cais sofreu sucessivas transformações. Na primeira intervenção, em 1843, foi remodelado com requinte para receber a Princesa das Duas Sicílias, Teresa Cristina Maria de Bourbon, noiva do (então) futuro imperador D. Pedro II, e passou a se chamar Cais da Imperatriz, em memória ao acontecimento.

Com as reformas urbanísticas da cidade no início do século XX, o Cais da Imperatriz foi aterrado em 1911. Um século depois, em 2011, as obras de reurbanização do Porto Maravilha permitiram o resgate do sítio

arqueológico, agora monumento preservado e aberto, atendendo a uma antiga reivindicação do Movimento Negro.

Os textos (como que) sobrepostos das placas indicam diferentes momentos (anos 1990 e 2013) em que uma versão do passado foi constituída. A escravidão, ausente na primeira, aparece na segunda; o cais do Valongo “embelezado” é, na acepção mais recente, “remodelado com requinte”; associa-se ao “Circuito de Celebração” a “porta de entrada de mais de 500 mil africanos”, vindos sobretudo de Congo e de Angola. O conjunto anterior – a coluna de pedra do século XIX e a placa de ferro nela colada em 1990 – era uma ruína de um monumento dedicado à chegada da Imperatriz, que omitia a referência ao desembarque de escravos.

Sua existência atual pode ser revestida de outra significação. Convivendo, agora, com o cais desenterrado, lembra do que, um dia, em um outro momento, não foi lembrado. Ao observador contemporâneo, o antigo conjunto evidencia que, em uma determinada hierarquia de valores, a chegada de uma princesa foi mais digna de registro do que o desembarque de “mais de 500 mil africanos”. O enunciado mais recente, em que pese o caráter sintético de um painel turístico exposto ao público, celebra uma “herança africana”, embora não dê pistas sobre qual seria ela, exatamente.

O texto da placa de rua é o nervo exposto da renomeação de um lugar da cidade. Lugar aterrado, transmudado em “sítio arqueológico” (durante mais de um ano arqueólogos trabalharam no local), agora “monumento preservado e aberto”. Essas transições de estatuto de um local, digamos assim, atendem, por sua vez, a uma “antiga reivindicação do Movimento Negro”, diz a linha final da placa. Se a emergência física das pedras do cais marca a restauração de um passado na cidade, esta, porém, parece não ser uma reivindicação da “cidade” ou da “sociedade”, mas sim associada (como que prioritariamente) ao interesse dos negros, no que pese o caráter ambíguo do termo “movimento negro”, já que a placa afixada pelos promotores do projeto Porto Maravilha não o especifica.

A menção ao “movimento negro”, agora atendido (finalmente, já que se tratava de demanda “antiga”), opera um deslocamento sutil no terreno das significações que podem ser operadas a partir da leitura daquelas ruínas na cidade. O texto da placa parece indicar ao observador que não se está diante de um “lugar de memória” (NORA, 1993) do tráfico transatlântico de escravos, um dos negócios mais lucrativos

do Brasil colônia e Império. Mas sim de restos associados ao passado de um grupo mais específico: dos negros. Como se esses tivessem, ao longo dos séculos da escravidão, se transportado por conta própria ao país, sendo o cais do Valongo sua “porta de entrada”, conforme a placa que explica o monumento contemporâneo. A referência ao “movimento negro” e a ausência de referências ao tráfico de escravos - - uma empresa de importância-chave para o entendimento econômico-social da cidade do Rio de Janeiro e do país em seu passado colonial e imperial (FLORENTINO, 1997) e do qual o Valongo é ruína na cidade – opera um efeito duplo. Por um lado, interdita a possibilidade de se pensar a escravidão como um passado coletivo mais abrangente (social-histórico ou brasileiro) já que diz respeito aos “negros”; por outro, e por isso mesmo, institui uma narrativa histórica isenta de conflitos: não há contendores.

O texto mais recente parece enfatizar, sobretudo, a história das obras naquele local: o cais foi construído, depois remodelado, soterrado e agora resgatado e preservado.

As placas de rua parecem, antes, contar a história das obras naquele local, poder-se-ia dizer, também, a história das pedras naquele lugar. De como essas pedras, que a um tempo constituíram dois cais de desembarque, dos escravos e da Imperatriz, foram assentadas, depois sobrepostas, aterradas em 1906, desenterradas no século XXI, vindas das entranhas do solo, enlameadas, cobertas por água, depois drenadas e reservadas dentro de um retângulo exposto ao público como monumento contemporâneo. Ruínas que parecem constituir o testemunho de sucessivos planejamentos urbanos (suas obras atuais e as do passado).

Como pensar este desenrolar das pedras, que não se movem por si próprias? Quem as move? Quem as institui, ora como utilidade econômica (o cais de escravos), ora como memória (da chegada de uma princesa), celebração ou herança?

### **3 UM LUGAR RESSIGNIFICADO**

Em sua redescoberta arqueológica o Valongo atraiu a atenção de indivíduos e organizações da sociedade civil. A Fundação Cultural Palmares requisitou à Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO)

que o cais fosse declarado “patrimônio histórico da humanidade” (*Agência Brasil*, 22/8/2012). Grupos de capoeira passaram a organizar rodas no Valongo (um “espaço simbólico”), anunciadas em sites com textos em português e em inglês: “As rodas do cais do Valongo têm um caráter temático, tendo sido a primeira dedicada a Prata Preta, líder negro contra a revolta da vacina (...) a ideia da roda é ocupar os espaços públicos e históricos para fincar o pé nos locais que estão cada vez mais controlados” (por “gestores municipais” que limitam a ação de “agentes da cultura popular”), escreveu o *site* portalcapoeira.com.

Em novembro de 2011 foi lançado o documentário *Cais do Valongo, Sangra da Terra*, do diretor Wavá de Carvalho. Recorrendo a dramatizações, mescladas a imagens de época e depoimentos de historiadores, arqueólogos, cineastas e artistas negros, o filme começa em Uidá, na África, onde, antes de embarcar, os escravos davam voltas em torno à “árvore do esquecimento”, os homens nove voltas e as mulheres sete voltas. O cais do Valongo é uma referência continental, pois “o maior porto de escravos das Américas do século XIX”, ao mesmo tempo que referência para a história do Rio de Janeiro negro, de “um passado esquecido, apagado, perseguido”, conforme a narração. A herança desse passado é apresentada também como “cultural”, pois é o Rio do “samba, da macumba, do candomblé, do carnaval”, fundamentais para a formação do “caráter carioca”, embora o cais-mercado tenha impactado a vida de “todo o país”, um ponto da história da escravidão no Brasil. Em depoimento ao documentário o cineasta Zózimo Bulbul considera “redescoberta” uma palavra “complicada”, já que “o cais sempre esteve lá, sempre escondido, tapado para a gente não saber da nossa história, de onde chegamos”.

Em junho de 2011 foi realizada no Valongo uma cerimônia (veiculada na *internet*) pelos sete dias da morte do intelectual, ex-senador e ativista negro Abdias Nascimento, autor de livros importantes sobre a questão do negro e do racismo no Brasil, como *O Quilombismo*, entre outros. Um ano depois, em março de 2012, aconteceria uma segunda cerimônia chamada de “1 ano no Orum de Abdias Nascimento”, também registrada em vídeos, fotografias e textos divulgados na *internet*, quando Elisa Larkin Nascimento, viúva de Abdias, pronunciou um discurso diante das pedras do cais e o IPEAFRO, uma organização não governamental, vendeu suas publicações como o livro *Adinkra – Sabedoria em Símbolos Africanos*.

Com 203 páginas o livro traz imagens (“muitas dessas foram escavadas aqui no Valongo”, garante a vendedora) do “universo filosófico e estético asante que se tornou patrimônio de todo o país de Gana e que depois viajou ao outro lado do mundo” (NASCIMENTO; GÁ, 2009, PREFÁCIO). O livro traz em destaque a imagem sankofa, que se assemelha a uma ave que revira o pescoço e é símbolo “da sabedoria de aprender com o passado para construir o futuro”. Na introdução ao livro, escreve Elisa:

Temos certeza de que o conteúdo deste volume será de grande valor para uma população que, para inserir-se num mundo cada vez mais globalizado, procura fundamentar uma nova articulação de sua identidade. Referimo-nos aí à população brasileira, não só aos negros brasileiros. Mas, para os negros, há uma dimensão especial dessa recuperação de sua identidade. A distorção, o escamoteamento e a falta de referências sobre sua história e a sua cultura significam ignorar as suas raízes, que são também raízes do Brasil (NASCIMENTO; GÁ, 2009, PREFÁCIO).

Ao longo de pouco mais de um ano, oito contêineres de materiais foram retirados de debaixo da terra no Valongo, muitos de matriz africana: contas de colares (mais de 2 mil peças), búzios, brincos e pulseiras de cobre, cristais, peças de cerâmica, anéis de piaçava, figas, cachimbos de barro, materiais em cobre, em âmbar e corais, monjolos e ocutás (LIMA, 2014, pp103-106). Durante a fase de escavações, foram convidadas mães de santo para realizar a leitura dos objetos encontrados (até fevereiro de 2016 ainda não expostos ao público). Desde 2012, o cais passou, também, a ser lugar de lavagens anuais. Desenterrado, o cais favoreceu a emergência de relatos. Versões que significam o lugar para além das suas pedras. Que oferecem, afinal, uma possibilidade de reflexão sobre como e por quem a história brasileira foi e é configurada: seus esquecimentos e modos de usar.

#### **4 O VALONGO EM TRANSIÇÃO**

O Valongo se transformou rapidamente. De local esquecido passou a “revitalizado” no estatuto dos promotores do Porto Maravilha a partir de 2012; seus equipamentos urbanos passaram de destroços a monumentos e, em termos mais gerais, do abandono se passou à “celebração” de uma herança africana. Sob diferentes aspectos, o Valongo foi renomeado: com suas renovadas placas, seus circuitos e novas histórias instituídas, das quais suas pedras são a inscrição.

Ou “restaurado”, no sentido que lhe dá Michel de Certeau, no capítulo *Os fantasmas da cidade*, do livro *A invenção do cotidiano*. Refletindo sobre o patrimônio histórico e os “objetos inanimados” da cidade (no caso, Paris), Certeau (2013, p.194) observa, em momentos de “restauração”, que há ali um processo pedagógico em curso: é necessário “tornar novo o que era velho (...) histórias corrompidas pelo tempo, ou selvagens, vindas de não sei onde, são educadas no presente”. O “imaginário urbano”, nos lembra o pensador francês ao refletir sobre os índices de passado no cenário das cidades, “são as coisas que o soletram”:

Estão lá, fechadas em si mesmas, forças mudas. Elas têm caráter. Ou melhor, são “caracteres” no teatro urbano. Personagens secretos. As docas do Sena, monstros paleolíticos encaçados nas margens. O canal Saint-Martin, brumosa citação de paisagem nórdica (...) Por subtrair-se à lei do presente, esses objetos adquirem autonomia. São atores, heróis de legenda. Organizam em torno de si o romance da cidade (CERTEAU, 2013, p.192).

O “romance da cidade” ou a cidade como romance, nos diz Certeau. Seus “objetos” – suas ruas, esquinas, fachadas, sua paisagem, seus objetos do passado (“selvagens” pois deslocados de sintaxes óbvias ou “domesticados” por restaurações) – adquirem “autonomia”, mas esta é instituída pelo imaginário, vale dizer por pessoas, mais especificamente por seus “relatos”. Nesses termos, a cidade é o teatro de uma “guerra dos relatos”, de uma disputa por significações. Há o relato da “restauração” e do “patrimônio”, escreveu Certeau, aquele que deve “preservar e civilizar o antigo (...) As ‘velhas pedras’ renovadas se tornam lugares de trânsito entre os fantasmas do passado e os imperativos do presente” (p.194). Há ainda os “grandes relatos” (atomizados da TV e da publicidade que “significam” a urbe) e os “pequenos relatos”, de rua ou de bairro, sendo imperativo, advoga Certeau, vir em socorro a estes últimos, pois:

Habitar é narrativizar. Fomentar ou restaurar esta narratividade é também uma tarefa de restauração. É preciso despertar as histórias que dormem nas ruas que jazem de vez em quando num simples nome, dobradas neste dedal como as sedas da feiticeira (CERTEAU, Op.cit., p.201).

Abrir mão de narrar a cidade é abrir mão de vivenciá-la plenamente. Os relatos, afinal, nos diz Certeau, são “as chaves da cidade”, ao mesmo tempo em que as palavras permitem acesso ao que ela é: “mítica”. Cidade que planeja a cidade, que faz rolar suas pedras, que lhe institui (ou tenta) presentes e passados.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A lembrança atual do Valongo não apaga a problemática de seu esquecimento anterior, da sua (até então recente) exclusão de uma certa narrativa de cidade e país. É este (longo) esquecimento, associado a uma abrupta lembrança, que deve ser questionado. Insumo para a reflexão à qual parece nos convidar a restauração do antigo mercado de escravos nos tecidos urbano e imaginário da cidade do Rio de Janeiro. Por outro lado, nem todos esqueceram – e os relatos atuais sobre o Valongo de alguma forma interpelam a ausência anterior. A história existe para ser reescrita. Imaginários de Brasil a rasurar.

## BRAZILIAN LARGEST SLAVE MARKET'S REDISCOVERY: WHAT TO MAKE OF IT?

### Abstract

In early 2011, during an outstanding archeological excavation in the port area of Rio de Janeiro city, stones that belonged to the wharf where hundreds of thousands of African slaves disembarked, later on to be sold in the old Valongo market, were found, a place held to be the largest of its kind in Brazil in between the 18<sup>th</sup> and 19<sup>th</sup> centuries. Buried and erased from the urban texture of Rio for nearly two centuries, in 2012 Valongo has become a milestone in the *Historical and Archeological Circuit of the Celebration of African Legacy*, with both educational and tourist characteristics, within the context of shifting the city-planning reform of the docks area, also called as the *Marvellous Port Project*. This essay discusses the possibilities of (re)reading today a part of the history about this city and also Brazil's, a history associated with the African slave trade and slavery, which in many aspects was not told. The emerging of these ruins in the 21<sup>st</sup> century arouses questions as to how and by whom Brazilian history was and is configured.

**Keywords:** Memory. Social memory. Representations. Rio de Janeiro. Slavery.

## EL “REDESCUBRIMIENTO” DEL MAYOR MERCADO DE ESCLAVOS DE BRASIL EN EL ESCENARIO CARIOCA: MANUAL DE USO

### Resumen

En enero de 2011, en un importante hallazgo arqueológico en la zona portuaria de la ciudad de Río de Janeiro, se encontraron las piedras del muelle por donde desembarcaban centenas de millares de esclavos africanos para ser vendidos en el antiguo mercado de Valongo, considerado como el mayor de su género en Brasil en los siglos XVIII y XIX. Enterrado y “olvidado” en la estructura urbana carioca durante aproximadamente dos siglos, el Valongo se transforma, en 2012 (ahora como monumento), en punto de un Circuito Histórico y Arqueológico de la Celebración de la Herencia Africana, en el contexto de una amplia reforma urbanística del área del puerto, el Proyecto “Porto Maravilha”. Este ensayo hace una reflexión sobre la restauración (lo viejo transformado en nuevo) de un lugar asociado al pasado esclavista y a su carácter pedagógico. Se cuestiona respecto de cómo y por quién ha sido y es configurada la historia brasileña.

**Palabras Clave:** Memoria. Memoria social. Esclavismo. Representaciones. Río de Janeiro.

## REFERÊNCIAS

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano, parte 2**. Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

FLORENTINO, Manolo. **Em costas negras**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997

JORDÃO, Rogério P. **As pedras esquecidas do cais**. São Paulo: Revista Retrato do Brasil, pp.36-39, 5/6/2011.

KARASCH, Mary C. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

LIMA, Tânia; SOUZA, Marcos; SENE, Glaucia. Weaving the Second Skin: protection against evil among the Valongo slaves in nineteenth-century Rio de Janeiro. In: **Journal of African Diaspora Archaeology & Heritage**, Vol 3, n 2, November, 2014, 103-106.

NASCIMENTO, Elisa Larkin & GÁ, Luiz Carlos (orgs). **Adinkra**. Sabedoria em símbolos africanos. Rio De Janeiro: Pallas, 2009.

NORA, Pierre. Entre história e memória: a problemática dos lugares (trad. Yara Aun Khoury). In: **Revista Projeto História, número 10** (dez/1993), São Paulo: PUC-SP. 7-29

PEREIRA, Júlio César Medeiros da Silva. **À flor da terra: o cemitério dos pretos novos no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2007

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007



**URLs consultadas:**

Portal Capoeira:

<http://portalcapoeira.com/capoeiragem/100-noticias-atualidades/4900-rio-de-janeiro-a-roda-do-cais-de-valongo>

Ipeafro:

[http://www.ipeafro.org.br/home/br/acervodigital/43/64/853/brnagem\\_abdiasnascimento\\_iphan](http://www.ipeafro.org.br/home/br/acervodigital/43/64/853/brnagem_abdiasnascimento_iphan)

**Artigo**

Recebido em 28 de Agosto de 2015

Aceito em 24 de Fevereiro de 2016